

Empresa é multada por aliciar grupos de índios

Destilaria de Mato Grosso do Sul terá de pagar CR\$ 34 milhões por contratar irregularmente 1.370 indígenas para trabalho temporário em canaviais

ELZA PIRES

BRASÍLIA — A Destilaria Brasilândia S.A. (Debrasa), em Mato Grosso do Sul, recebeu uma multa inédita de CR\$ 34 milhões na história do trabalho brasileiro pela contratação irregular de 1.370 índios para trabalhos temporários em seus canaviais. Uma fiscalização da Delegacia Regional do Trabalho no Estado, na segunda e terça-feira, constatou a presença de grupos de índios terenas, caiovás e guaranis na empresa, além de centenas de crianças, contratadas para turnos diurnos e noturnos de 12 horas. A

DRT determinou que as crianças sejam mandadas de volta às reservas.

Pela primeira vez, é aplicado o artigo 14 do Estatuto do Índio, que estabelece não haver distinção entre os trabalhadores indígenas e demais trabalhadores. Na Debrasa, os índios realizam o corte da cana, vivem em condições subumanas e são explorados por um aliciador, que fiscaliza a produção. Em busca de mão-de-obra barata, as destilarias e carvoarias de Mato Grosso do Sul contratam irregularmente crianças, índios e famílias de migrantes para o trabalho mais pesado.

Condições são precárias

BRASÍLIA — Lideradas pelo índio Getúlio Manoel, 55 crianças do grupo indígena caingangue, com idades entre 10 e 16 anos, trabalham durante a noite na Destilaria Brasilândia (Debrasa), em Mato Grosso do Sul, recolhendo restos da cana cortada de dia. O grupo foi trazido do Paraná. Musculosos, apesar da pouca idade, os índios só falam com estranhos se o líder Getúlio permite. "Ele é o cabeçante", explica um dos trabalhadores. Nos 11.800 hectares de cana da empresa, há crianças de todas as idades trabalhando dia e noite, em turnos de 12 horas.

A figura do "cabeçante" significa o "gato" do índio, o aliciador da mão-de-obra. O "cabeçante" está sempre junto dos grupos de índios, principalmente dos menores, e embolsa 15% do salário pago pela empresa de acordo com a produção. O índio caiová Julinho tem dificuldade para falar porque está com problemas respiratórios. "Aqui está dando muita pneumonia", explica um trabalhador. Mesmo assim, ele continua cortando cana, sob os olhos severos do "cabeçante" Antônio Gomes. Para ganhar um salário de CR\$ 3 mil por mês, Julinho tem de cortar, por dia, pelo menos sete ruas de cana.

No alojamento, as crianças caingangues ficam amontoadas em beliches imundos e dormem de dia em pequenas espumas rasgadas e cobertas de moscas. Os outros índios menores de idade dormem à noite, depois de uma jornada de 12 horas nos canaviais. Alguns jogam bola no campo em frente, mas têm de pagar uma taxa pelo lazer. A água do rio também é descontada pela Brasilândia, segundo comprovou a Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das condições de trabalho nas carvoarias e destilarias de Mato Grosso do Sul, durante a inspeção que fez na segunda-feira na empresa. As condições de alimentação também são precárias. Um dos 200 trabalhadores paranaenses que há três meses trabalha na destilaria disse que a comida das duas primeiras semanas sempre provoca diarreia. "Depois eles acostumam."

Anildo Martins, de 13 anos, prefere não conversar. Recebe sinais do "cabeçante" para guardar o facão e seguir adiante, rumo ao ônibus que os conduzirá até o alojamento. "A gente não sai daqui nem um dia; no sábado trabalha e no domingo lava roupa", conta o guarani Virgílio Ferreira, 14 anos.

Destilaria não faz registro

BRASÍLIA — Cerca de 1.300 índios trabalham irregularmente na Destilaria Brasilândia S/A (Debrasa), a 350 quilômetros de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul. São dos grupos terena, guarani e caiovás. Adultos e crianças foram levados pelos "cabeçantes" para cortar a cana que alimenta a usina da destilaria. A Comissão Permanente de Fiscalização das Condições de Trabalho nas Carvoarias e Destilarias de Mato Grosso do Sul chegou de surpresa no canavial e a Delegacia Regional do Trabalho de Mato Grosso do

Sul autou a empresa por falta de registro em carteira. A Debrasa terá de pagar uma multa de CR\$ 30,14 milhões. A empresa produz por ano 50 milhões de litros de álcool e é de propriedade do usineiro alagoano José Pessoa de Queiroz.

"Para nós tanto faz o trabalho do índio ou do branco. Só que o índio a gente busca aqui perto e o branco está distante 800 a mil quilômetros", justificou o gerente de operações agrícolas da Debrasa, Antônio Gigliotti, responsável pela contratação de mão-de-obra na



Família Alves: há três meses o pagamento é feito com mantimentos em lugar de salário



Legislação é desrespeitada com a contratação de menores para serviços em carvoaria

empresa. Ele também explicou aos fiscais da DRT que o funcionário José Jerônimo da Silva, que estava viajando, é encarregado dos contratos com os "cabeçantes" que trazem os índios para trabalhos temporários nos canaviais.

"O índio é uma mão-de-obra baratíssima para as empresas", explica o advogado Maucir Pauletti, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que integra a Comissão Permanente de Investigação. Ele ficou impressionado com o número de índios trabalhando na Debrasa, inclusive crianças. A visi-

ta da comissão à destilaria surpreendeu os funcionários que não esperavam uma fiscalização naquele dia. Enquanto a comissão chegava até a sede, um carro da empresa equipado com rádio se deslocou para os canaviais orientando os fiscais de cada área para retirar os menores que estavam no trabalho.

O corte da cana, entretanto, não pode parar em deter-

minadas áreas. Depois de queimada, a cana deve ser cortada em pelo menos 48 horas e levada imediatamente para ser esmagada para azedar. Por isso, a usina emprega trabalhadores em dois turnos. Os fiscais ficaram impressionados com as condições de alimentação e alojamento. Os beliches são imundos e os trabalhadores dormem amontoados. (E.P.)

○ ÍNDIO A
GENTE BUSCA
AQUI PERTO E O
BRANCO NÃO

Famílias inteiras trabalham sem receber salário

BRASÍLIA — Escondida por uma nuvem de fumaça que torna o ar irrespirável, imunda por causa do carvão, a família Alves trabalha há três meses sem receber salário, apenas em troca de mantimentos, na fazenda Boa Aguada, da siderúrgica Alterosa, a 90 quilômetros de Campo Grande. Na fazenda, os Alves e mais 130 trabalhadores bebem uma água suja trazida por um caminhão-pipa, que é armazenada em improvisados tambores de óleo. Os Alves trabalham juntos: pai, mãe e seis filhos. Até o pequeno Romero, de seis anos, ajuda o pai a vedar com barro os fornos antes da queima. As crianças não frequentam a escola. Vieram da cidade mineira de Taiobeiras, trazidos por um aliciador chamado Amadeu e com uma promessa de dois salários mínimos, mais participação nos lucros do carvão.

A realidade não foi essa. Hoje eles tentam trabalhar em dobro, pagar o que devem e deixar a carvoaria. "A gente sofre muito aqui", reclamou a mãe, Ana Aparecida. O caso dos Alves se repete na maioria das nove carvoarias existentes em Mato Grosso do Sul visitadas pela comissão formada pelo governo e entidades não-governamentais para fiscalizar o trabalho escravo na região.

Para surpreender as famílias, foi necessário que um trabalhador da fazenda — que há um ano não recebia do empreiteiro — guiasse a comissão até Boa Aguada. Os fornos ficam no meio dos eucaliptos divididos em "baterias", sob responsabilidade das famílias ou grupo de trabalhadores. O guia Godoy de Oliveira levou a comissão até várias "baterias", mas muitas estavam vazias. De moto, um fiscal da empresa correu avisando a todos que se escondessem no mato. (E.P.)

Comissão deverá apurar denúncias

BRASÍLIA — O Secretário das Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, José Luiz Ricca, anunciou a criação de uma comissão para acompanhar de forma permanente as denúncias de trabalho escravo e trabalho forçado em todo o País. Ricca participou da visita à carvoaria da fazenda Boa Aguada, junto com o grupo instituído para fiscalizar denúncias de trabalho escravo na região de Mato Grosso do Sul, a Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho nas Carvoarias e Destilarias do Estado.

Formada pela Delegacia Regional do Trabalho e por um grupo de ONGs, Igreja, Movimento de Meninos de Rua e Comissão dos Direitos Humanos, a comissão já visitou duas destilarias e três carvoarias na região. (E.P.)